



ATA DA 43ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

Aos sete dias do mês de junho de dois mil e onze, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB procede a sua 43ª reunião, com a presença do Sr.º Geraldo Mattos (Representante do Poder Executivo Municipal), da Prof.ª Luiza Dantas Vaz (Representante da Secretaria Municipal de Educação), das Prof.ªs Ilka Valéria Oliveira dos Santos e Márcia Regina Ferreira Lima dos Santos (Representantes dos Professores da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), da Sr.ª Eliane Dibo do Nascimento (Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), do Sr.º Silvio Delamar Soares Winovski e da Sr.ª Rosângela Costa Kelly (Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), do Sr.º Jaime Pereira de Souza Junior (Representante dos Conselhos Tutelares Circunscritos na Área do Município do Rio de Janeiro), da Sr.ª Rosilene Almeida da Silva (Representante do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – Segmento Professor), do Sr.º Jalmir Gomes Ribeiro da Silva e da Sr.ª Sandra Lúcia das Mercês Burgos (Representantes do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – Segmento Funcionário), além da Prof.ª Elisabete Duarte (Gerência de Planejamento e Obras da Coordenadoria de Infraestrutura), dos Sr.ºs Ricardo Dias Bernarde e Carlos Eduardo Crispino (Gerentes de Obras da RIOURBE/DOP/COP-3) além do Sr.º Júlio César Gonçalves da Silva (Aluno do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO). Prof.ª Ilka inicia a reunião falando sobre como foi proveitoso o encontro com a Sr.ª Secretária, pois todas as reivindicações feitas neste encontro foram atendidas, resultando na Resolução SME n.º1139 de 02 de junho de 2011, que, distribuída aos presentes, foi lida na íntegra, para ciência de todos. Prof.ª Ilka lembra que há de se considerar um prazo para que algumas das resoluções ali expostas sejam efetivamente cumpridas. Prosseguindo, diz que esta reunião tem por objetivo prioritário rever o Regimento Interno vigente, mas por conta da necessidade da emissão do parecer sobre a prestação de contas da despesa referente à Resolução CD/FNDE N.º19 de 13 de julho de 2010, é primordial ouvir aqueles que estão diretamente envolvidos com o acompanhamento das obras emergenciais. Antes de ouvi-los, faz-se a leitura da 42ª Ata, aprovada com ressalvas. Sr.ª Rosilene questiona quais escolas estão sendo beneficiadas com estes recursos e quais critérios foram utilizados para a escolha. É respondido que houve um plano de aplicação aprovado por este conselho resultando numa listagem que a Prof.ª Rosana, secretária do Conselho, disponibilizará para todos. Sr.º Silvio questiona sobre a prorrogação do prazo para a emissão do parecer da prestação de contas. É respondido que o pedido de prorrogação se refere apenas à conclusão das obras em curso e não a emissão do parecer. Prof.ª Ilka solicita que os convidados se apresentem reforçando a necessidade de entender os desdobramentos desta ação. Prof.ª Elisabete, após apresentar-se e aos engenheiros, da RIOURBE, Sr.ºs Ricardo e Carlos Eduardo que a

acompanham, iniciam sua fala discorrendo sobre as questões administrativas que encerram toda e qualquer ação desta Secretaria. Explica detalhadamente, no caso das obras, desde o início (licitação), o acompanhamento físico-orçamentário pela RIOURBE até a conclusão das mesmas. Estas obras, em particular, fazem parte de um convênio e se encontram em várias etapas de execução. Prof.^a Ilka pergunta qual a vinculação existente entre a RIOURBE e a Secretaria Municipal de Educação. É explicado que a RIOURBE está vinculada à Secretaria Municipal de Obras assim como a MULTIRIO está vinculada a esta Secretaria. É informado que das 14 (quatorze) obras a serem executadas 01 (uma) está a cargo da Secretaria Municipal de Habitação – Rio das Pedras. Prof.^a Luiza explica sobre o tempo demandado para que se cumpram todos os prazos legais decorrentes do planejamento e execução de uma obra, a saber: à RIOURBE cabe orçar a obra, à Secretaria Municipal de Educação cabe verificar se existe aporte orçamentário, à Secretaria Municipal de Obras cabe fazer a Reserva de Dotação e novamente à RIOURBE cabe realizar a licitação. Vale lembrar que os prazos legais são rigorosamente respeitados e que o Tribunal de Contas do Município tem competência para, a qualquer tempo, solicitar o processo para análise, interrompendo nesse período todo o procedimento licitatório. Finalizado este processo, iniciam-se, de fato, as obras em si com o acompanhamento e fiscalização da RIOURBE. Sr.^a Rosilene questiona sobre os critérios para a escolha das unidades escolares beneficiadas com estas obras. Como ficam as que não foram contempladas. Prof.^a Elisabete esclarece que este recurso específico chegou por conta de uma emergência (chuvas) e que estas unidades foram escolhidas, como já ditas, a partir de critérios estabelecidos anteriormente. Sr.^a Rosilene pergunta se os recursos são suficientes. Prof.^a Elisabete diz que a municipalidade também arca com estas obras, caso seja necessário. Prof.^a Márcia pergunta se as Coordenadorias de Educação têm ciência dessas intervenções, pois segundo ela, a 8ª Coordenadoria Regional de Educação desconhecia algumas das obras relacionadas. Prof.^a Elisabete diz que é improvável que alguma Coordenadoria desconheça obras que estão acontecendo em sua área de atuação, mas ressalta que somente agora as licitações referentes às obras de custeio chegaram às Coordenadorias de Educação para que elas dêem curso ao trabalho. Prof.^a Ilka questiona que no quadro distribuído na última reunião do conselho informava haver obras com já 90% de execução sem conhecimento das escolas e CREs. Sr.^a Rosilene, então, retoma seu questionamento, pois, segundo ela, existem escolas que não têm a obra mas existe a informação de que a obra existe; e pergunta se pode ser falta de recursos. Os Sr.^{os} Ricardo e Carlos Eduardo explicam que não há falta de recursos, pois o Tesouro Municipal compõe o que falta. A prof.^a Elisabete esclarece que nem sempre as obras realizadas podem ser aferidas visualmente, pois são obras de infraestrutura. Sr.^o Silvio questiona o que foi dito até agora sobre os procedimentos licitatórios porque, segundo os conhecimentos que detém sobre o tema, existem controvérsias. Prefere, ainda, continuar a discutir a emissão do parecer sobre a prestação de contas das escolas referentes à Resolução CD/FNDE N.º19, e pede esclarecimentos sobre os critérios utilizados para determinar a urgência dessas obras a partir desta Resolução e o que foi feito desde então para atender a demanda que se impôs. Questiona se o quadro apresentado pelo Sr.^o Marco Antônio condiz com a realidade até então apresentada. Prof.^a Luiza diz que o quadro apresentado se refere a valores estimados e o importante é saber de fato o que foi realizado com o detalhamento das obras e os valores efetivamente gastos. Prof.^a Elisabete explica também que o quadro ora distribuído se refere à parte financeiro/orçamentária das obras, e que será disponibilizada aos conselheiros outra planilha que

demonstre de modo detalhado as obras com 90% de execução realizada, por solicitação do Sr.^o Silvio e da Prof.^a Ilka. Sr.^o Jaime pergunta o quanto a urgência se fez urgente, uma vez que os recursos só chegaram muito depois da calamidade. Sr.^o Geraldo esclarece que os recursos têm que seguir um trâmite e por conta disto não é possível que os mesmos cheguem dentro dos prazos previstos. Prof.^a Luiza aproveita para tomar como exemplo a calamidade acontecida em Petrópolis. Neste momento retoma-se a fala sobre as obras em andamento e o fluxo das ações pertinentes ao processo. Os engenheiros presentes, Sr.^{os} Ricardo e Carlos Eduardo aproveitam para esclarecer todos os estágios que englobam uma obra a saber: avaliação da necessidade da obra /reparo, planejamento, licitação, fiscalização, etc. Sr.^o Ricardo lembra apenas que o olhar dos engenheiros tem um componente técnico sobre qualquer obra/reparo e após questionamento sobre a realização de algumas obras é informado por eles que as obras, por exemplo, na E.M Anísio Teixeira ficarão prontas em dezembro/2012. Sr.^o Silvio volta ao tema das emergências e da demora da chegada dos recursos para atender estas demandas. Prof.^a Luiza lembra que existe um interstício legal entre as necessidades emergenciais e a burocracia estatal. Vale ressaltar que no caso de uma emergência resultado de uma calamidade ou catástrofe haverá por parte do poder público municipal recursos para atender prioritariamente estas demandas. Tendo os convidados que ausentar-se da reunião e já sido dirimida muitas das dúvidas existentes em relação aos aspectos legais e questões físico-orçamentárias das obras em tela, após os agradecimentos do Conselho, Prof.^a Elisabete e os engenheiros da RIOURBE, Sr.^{os} Ricardo e Carlos Eduardo se retiram. Após breve intervalo, retoma-se a sessão informando que se encontram abertas as inscrições para o II Encontro de Conselheiros Municipais de Políticas Públicas do Município do rio de Janeiro. Para aqueles que se interessaram em participar Prof.^a Ilka disponibiliza o e-mail da Controladoria Geral da União para que se inscrevam. Prosseguindo, Prof.^a Ilka levanta a questão das vacâncias existentes em alguns segmentos deste conselho e o mesmo decide tomar as medidas necessárias para supri-las. Fala também de suas dúvidas quanto aos repasses de SDP (Sistema Descentralizado de Pagamento). Sr.^a Rosângela responde sobre o SDP através da demonstração de publicação feita em D.O (Diário Oficial) e explica a diferença existente entre as várias Naturezas de Despesas e Fontes de Recursos que compõem este Sistema. Sr.^a Rosilene quer saber quais tipos de despesa a Fonte de Recurso 142 abarca. Prof.^a Luiza ressalta que mais importante que deter esta informação é realmente saber em como a verba é utilizada sem se ater, tão somente, à origem do recurso. Sr.^o Jaime questiona sobre os limites de utilização dos recursos referentes ao SDP. É explicado que, atualmente, desde que respeitadas as naturezas de despesas, não há limite de utilização destas verbas. É ressaltado, também, que todo e qualquer planejamento de utilização da verba do SDP precisa resultar em um entendimento das necessidades da comunidade escolar e ter o aval do CEC (Conselho Escola-Comunidade). Neste momento, há troca de experiências positivas e negativas em relação à utilização dos recursos do SDP e no que diz respeito a obras de caráter mais abrangente, como, por exemplo, a cobertura de uma quadra de esportes, é explicada a necessidade de um aparato legal e de elaboração de um projeto, demandando tempo e disponibilidade orçamentária. Sr.^o Silvio questiona o papel do CEC nas decisões da comunidade escolar. É respondido que hoje o papel desempenhado pelo CEC é de fato e de direito deliberativo. Sr.^a Rosilene pergunta quais as fontes que compõem o SDP. Informa-se que as fontes que compõem o SDP são as Fontes de Recursos 100/142 e 114 (PDDE). Uma preocupação externada pelo Sr.^o Jalmir é sobre a representação de seu segmento (funcionário) que pela

não contratação, via concurso público, tende a se extinguir. Como este tema não pertence a este fórum, segue-se a reunião com a Sr.^a Rosilene perguntando porque existem valores diferentes distribuídos pelas diversas naturezas que compõem o SDP. É informado que a distribuição destes recursos é definida a partir de critérios estabelecidos nas reuniões dos Conselhos Diretor das Coordenadorias Regionais de Educação. A seguir, retoma-se o assunto fim desta reunião, a saber, revisão do regimento Interno. Prof.^a Ilka começa a discorrer sobre os artigos e após manifestações dos presentes sobre alterações que julgam necessárias, os presentes decidem solicitar ao Sr.^o Prefeito um projeto de lei visando alterar o parágrafo concernente a prorrogação do mandato, pois existe divergência entre a lei federal e municipal nesta questão. Finalizando, Prof.^a Ilka confirma que a próxima reunião está marcada para o dia 22 de junho do ano de 2011. E, por nada mais haver a declarar, eu, Rosana Costa, matrícula 10/116.148-8, lavro a presente ata, que será assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2011

Rosana Costa

Matrícula 10/116.148-8